

**HABEAS CORPUS Nº 507.346 - SP (2019/0121292-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : CLAUDINOR ZANARDI  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CLAUDINOR ZANARDI (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por CLAUDIONOR ZANARDI, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Solicitadas informações, os esclarecimentos foram prestados pelo TJSP (e-STJ fls. 21/56).

Manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (e-STJ fl. 60).

Parecer do Ministério Público Federal, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 62/64).

É o relatório. **Decido.**

*In casu*, a Defensoria Pública/SP assim pronunciou-se (e-STJ fl. 60):

[...]

*O paciente protocolizou, de próprio punho, a presente petição requerendo, ao que parece, providências em sua execução penal, notadamente, revogação de falta grave praticada em março de 2014, e a manutenção dos dias remidos declarados perdidos.*

*Conforme informações prestadas, o E. TJ/SP negou provimento ao recurso de agravo lá interposto e manteve a condenação por falta grave e a perda dos dias remidos em 1/3 (e-STJ, fls. 21 e ss.).*

*Todavia, a análise sobre prática de falta grave e remição depende de consulta pormenorizada do processo executacional do paciente, situação que não é possível de ser feita nesses autos.*

*Contudo, no sentido de preservar os interesses do paciente, caso*

*V. Exa., entenda pela não concessão da ordem de ofício como requerida na inicial, solicitamos que a presente petição seja encaminhada ao juízo de execuções penais de Ribeirão Preto-SP. responsável pela execução penal do paciente para análise do seu processo, e para tomada de eventuais providências, e benefícios, com vista à Defensoria Pública local.*

[...]

Em primeiro lugar, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o *writ* em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

Na hipótese, não vislumbro, de plano, teratologia ou abuso de poder ou ilegalidade gritante. Na verdade, a análise dos temas suscitados impõe, no mínimo, o reexame do material fático-probatório, conforme, aliás, ressaltado pelo próprio Defensor Público (e-STJ fl. 60).

Constato, pois, a impropriedade da via eleita ao exame das teses, dada a necessidade de revolvimento do material cognitivo produzido nos autos a fim de se infirmar o entendimento adotado.

**Não conheço**, portanto, do *habeas corpus*.

Remeta-se cópia do presente *mandamus* ao Juízo das Execuções Penais da Comarca de Ribeirão Preto/SP, para as providências que entender cabíveis, inclusive, eventual encaminhamento do pedido à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação na instância primeira, a fim de que requeira o que entender de direito em favor do paciente.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator